



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Ao Protocolo Geral do Município,

19/10/2023
24/10/2023
02 @

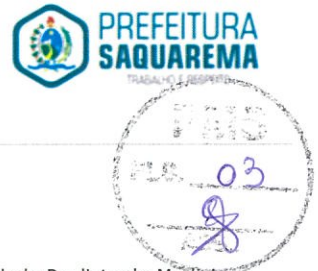
Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 11.391/2023, Chamamento Público nº 005/2023.

Saquarema, 24 de outubro de 2023.

Atenciosamente,

Samuel Aranda
Samuel Aranda Neto
Presidente da CPL
PRESIDENTE DA CPL
MAT. 958667

Assunto: **Re: RECURSO ADMINISTRATIVO - SPMV - CHP005/2023**
De: Thaynara saquetti <thaypsaquetti@gmail.com>
Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Data: 24/10/2023 12:37



- CONTRARRAZAO SPMV - FINAL.pdf (~1.6 MB)

Boa tarde Senhores!

Segue em anexo Contrarrrazões da empresa Associação CHC, quanto ao Recurso interposto pela empresa Sociedade Paulista de Medicina Veterinaria, correspondente ao Chamamento Público 005/2023. De forma tempestiva, solicitamos que manifestem o recebimento do mesmo, e agradecemos pela atenção.

Em seg., 23 de out. de 2023 às 11:31, Licitação Saquarema <licitacao@saquarema.rj.gov.br> escreveu:

Prezada, bom dia!

Segue anexo recurso administrativo da empresa SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA - SPMV, referente ao chamamento público nº 005/2023, para ciência e manifestação em contrarrrazões, se for de vosso interesse.

--

Favor notificar o recebimento do mesmo. A confirmação do recebimento pode ser enviada por e-mail - licitacao@saquarema.rj.gov.br.

Agradecemos a compreensão.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Rua Coronel Madureira - 77 - CENTRO - SAQUAREMA/RJ
CEP: 28990-756
Tel.: (22) 2655 - 6400 R.215.
Nosso e-mail: licitacao@saquarema.rj.gov.br



À Comissão Permanente de Licitações - CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - RJ

Na Secretaria de Direito dos Animais Chamamento Público n: 005/2023

A empresa ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, CNPJ 21.041.334/0001-83, localizada na Avenida Osvaldo Reis, nº 3.281, Edifício Riviera Business & Mall, Sala 702, Praia Brava, Itajaí-SC, CEP 88.306-773, vem respeitosamente apresentar:

CONTRARRAZÕES

I.DOS FATOS

Trata-se do Chamamento Público n: 005/2023, do procedimento licitatório, cujo objeto trata-se cujo objeto é a celebração de parceria com entidade de direito privado sem fins lucrativos, com atuação na área médica-veterinária, para o gerenciamento, operacionalização e execução das atividades dos serviços de saúde médico-veterinários no Município de Saquarema-RJ.

Dentre o andamento das fases do procedimento licitatório, pode-se no decorrer da mesma classificar a empresa Associação CHC, como habilitada em primeiro lugar, neste sentido por ter atingindo pontuação máxima no plano de trabalho, planilha financeira e documentação de habilitação estarem de acordo com o exigido no ato convocatório, entretanto ora Recorrente a Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, interpôs recurso, buscando confundir esta Comissão Licitatória com seus argumentos incoerentes e mentirosos.

II. DAS ALEGAÇÕES INFUNDADAS

II.1 Do Credenciamento

Há certamente um grave equívoco por parte da recorrente Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, o qual aliás é de rápida correção, basta para tanto verificar a Ata e o Estatuto (anexos) de criação da CHC para verificarmos que a Associação foi criada nos moldes da Lei 9.790/99 e por conseguinte na Lei 13.019/2014.

MATRIZ

Av. Osvaldo Reis, nº 3281, Edifício Riviera Business & Mall,
Sala 702, Praia Brava, Itajaí-SC | CEP 88.306-773
CNPJ: 21.041.334/0001-83 | www.chcsaude.org



Algumas alterações posteriores foram realizadas apenas consagrando os dispositivos aliás da Lei 13.019/2014, os quais dispõe de muita semelhança com a Lei 9.637/98, dessa forma oportunizando que a CHC possa contemplar em seu estatuto ambas as diretrizes e necessidades do órgão público necessitante de sua atuação.

Se faz mister apontar que o contrário senso da recorrente a Lei 13.019/2014 não foi criada especificamente e exclusivamente para as OSC, na verdade a mesma, muito posterior a (9.637/98 e a 9.790/99, teve conforme seu Projeto de Lei objetivo de simplificar a matéria acerca das formas e contratações de todas as entidades organizadas sem finalidade lucrativa ditas do terceiro setor.

Art.2º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil: pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

No caso do município de Saguarema e seu Edital de Chamamento Público nº 005/2023, onde claramente se observa que a CHC restou qualificada contemplando toda a necessidade do Chamamento, aliás, diga-se de passagem, com muito mais primor do que a empresa recorrente.

O município visando satisfazer o art.37 da CF e todos os demais preceitos do direito administrativo, como da ampla concorrência e do menor preço, evitou a dispensa e realizou acertadamente o presente chamamento, do qual sem dúvida nenhuma o menor preço cumprido com todas as condições editalícias foi a Associação CHC.

Ainda, o chamamento diz respeito ao processo de chamamento para formar “parceria para o gerenciamento, operacionalização e execução das atividades dos serviços de saúde médico-veterinários”.

Não se vislumbra aliás que outro termo senão parceria para gestão e gerenciamento a recorrente está tratando em seu recurso, já que o item 2.1. trata do objeto dispõe:

MATRIZ



2.1. O objeto de que trata o Termo de Colaboração será o gerenciamento, operacionalização e execução das atividades dos serviços de saúde médico-veterinários no Município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, mediante funcionamento de consultórios municipais de medicina veterinária.

É falaciosa a afirmação de que há no conceito de OSC ou OS uma discriminação quando se trata saúde animal ou humana, o conceito de saúde pública vai muito além do SUS e suas premissas. O espectro de atuação do médico-veterinário é muito amplo, especialmente na área de saúde pública. *O equívoco se dá pela falta de informação e de conhecimento por parte de políticos, personalidades e profissionais de imprensa sobre esse vasto campo de exercício profissional, já que desde em 1998, a Medicina Veterinária já havia sido reconhecida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) como profissão da área de saúde.*

Aliás esta conquista é motivo de orgulho e foi durante anos a principal bandeira de direito levantada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, leia-se: O médico-veterinário é profissional de Saúde Pública Acesso: <https://www.cfmv.gov.br/o-medico-veterinario-e-profissional-de-saude-publica/comunicacao/noticias/2020/09/01/>

Se ao praticar a afirmação de que saúde animal e saúde pública são coisas distintas, então, temos que a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui as organizações da sociedade civil – OSC, também não fez esta distinção.

Art. 5º O regime jurídico de que trata esta Lei tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, destinando-se a assegurar: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - o reconhecimento da participação social como direito do cidadão;

II - a solidariedade, a cooperação e o respeito à diversidade para a construção de valores de cidadania e de inclusão social e produtiva;

III - a promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, inclusivo e sustentável;

IV - o direito à informação, à transparência e ao controle social das ações públicas;



V - a integração e a transversalidade dos procedimentos, mecanismos e instâncias de participação social;

VI - a valorização da diversidade cultural e da educação para a cidadania ativa;

VII - a promoção e a defesa dos direitos humanos;

VIII - a preservação, a conservação e a proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente;

IX - a valorização dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais;

X - a preservação e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, em suas dimensões material e imaterial. (grifo nosso)

As condições imputadas a CHC de previsão de necessidade de constar expressamente em seu estatuto que em caso de dissolução ou extinção seu patrimônio seja repassado a outra entidade, é também exigência da Lei 9.790/99 art. 3º, IV, ou ainda na Lei 13.019/14, art. 33, III.

Art. 33. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

III - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) (grifo nosso)

A obrigação está expressa no Art. 42 do estatuto da CHC, e contempla exatamente a mesma obrigação, sem esquecer nenhum detalhe.

Outra previsão alegada faltante pela recorrente, encontra-se prevista sim no Estatuto da CHC no art. 39 e diz exatamente respeito ao atendimento do art.4 da Lei 9.790/99, inciso VII, *ipsis literis* a este.



Logo no quesito qualificação não resta dúvida de que a CHC possui plenas condições legais e formais de atender a necessidade do presente chamamento, que mais uma vez ressaltamos é de dar ampla concorrência e receber oferta do melhor serviço pelo menor preço.

II.1.2 DAS ALEGAÇÕES DA PROPOSTA FINANCEIRA E PLANO DE TRABALHO

Inicialmente cabe ressaltar tamanha prepotência da empresa Recorrente uma vez, que a própria acredita que o modelo de proposta utilizada por ela, seja um modelo universal, onde todos devem seguir suas diretrizes, se não, induzir esta comissão acreditar que existe um modelo certo ou errado, quando o próprio Chamamento Público nº 005/2023, não disponibilizou modelo, mas sim exigências edilícias, que significa informações para comprovação da capacidade financeira e realização do mesmo, adentrando ao modelo singular de cada empresa ora participante, o que é totalmente incorreto afirmar, que o modelo de uma ou de outra é o correto, quando na verdade o que é de suma importância são as informações nelas contidas, uma vez que o design de elaboração é singular.

Cabe ressaltar ainda, que o Objeto do ato convocatório (figura 1) não caracteriza o termo “Serviço” diretamente como “Unidade (s)”, tão somente cita “o gerenciamento, operacionalização e execução das atividades dos serviços de saúde médico-veterinários” (grifo em vermelho), bem como Paladini (2005) descreve o conceito de serviços como “serviço é o resultado gerado por atividades na ‘interface entre fornecedor e cliente’ e por atividades internas do fornecedor para atender às necessidades do cliente”. Em tempo como demonstrado na figura 1 (grifo em azul) pode ser entendido que a execução das atividades/serviços, se dará nos consultórios de medicina veterinária.

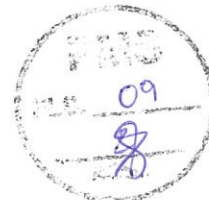
Figura 1: Objeto

2. DO OBJETO

2.1. O objeto de que trata o Termo de Colaboração será o gerenciamento, operacionalização e execução das atividades dos serviços de saúde médico-veterinários no Município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, mediante funcionamento de consultórios municipais de medicina veterinária.

Fonte: Edital de Chamamento Público nº 005/2023 (Pág. 3).

O Recurso apresentado pela Sociedade Paulista de Medicina Veterinária – SPMV, cita na figura 2 (grifo em vermelho) que “é que pelo Edital (item 6.4.6.2), as propostas deverão conter



valores unitários para cada serviço ofertado, e o valor de cada despesa por unidade” o que não condiz com o descrito no Edital (grifo em azul), conforme colocado pela própria Recorrente (SPMV).

Figura 2: Citação da SPMV

O que se quer dizer, é que pelo Edital (item 6.4.6.2), as propostas deveriam conter valores unitários para cada serviço ofertado, e o valor de cada despesa por unidade. A Associação CHC simplesmente ignorou tal exigência!

6.4.6.2. A Proposta Financeira deverá conter todos os descritivos dos custos e valores unitários, bem como o cronograma de desembolso. A Proposta Financeira deverá trazer, ainda, o Valor do Programa por aluno, que servirá como referência para verificação da compatibilidade do valor apresentado com o estimado no Edital.

Como comparativo, segue a proposta de valores da SPMV por despesa e unidades:

Fonte: Razões de Recurso da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária – SPMV (Pág. 8).

Em tempo, a Recorrente ao dizer taxativamente que “A Associação CHC simplesmente ignorou tal exigência!”, conforme demonstrado na figura 2 acima, citou como base comparativa em suas alegações, a sua proposta de valores, contudo o Edital de Chamamento Público nº 005/2023, não disponibilizou um modelo específico para apresentação da composição de valores e distribuição de rubricas, como pode ser verificado na figura 3 abaixo, o que simplesmente contraria o alegado pela Recorrente.

Figura 3: Anexo VIII



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal dos Direitos dos Animais



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

ANEXO VIII

**PROPOSTA FINANCEIRA [INSERIR PROPOSTA FINANCEIRA DE ACORDO
COM DISPOSIÇÕES EDITALÍCIAS]**

Fonte: Edital de Chamamento Público nº 005/2023 (Pág. 72).

Seguindo a análise das alegações completamente infundadas e mentirosas profanadas



contra a empresa Associação CHC, pode-se notar até então que a empresa Recorrente busca causar pânico no Município de Saquarema, dimensionando que o atendimento será inexecuível e incapaz, mediante os profissionais apresentados, uma vez que foi o estimado pelo próprio edital, em processo administrativo interno de pesquisa que antecede a fase de publicação do Chamamento Público, acredita a Recorrente que a falta de visita técnica FACULTATIVA, identificaria assim a necessidade, pois ora, esta Recorrente não interpôs Impugnação se acredita que o número de profissionais estipulados por esta Administração seja incompatível, e neste momento transfere sua frustração para a empresa consagrada em primeiro lugar.

Uma vez que o Recurso Administrativo não é momento para indagar as exigências editalícias que a Associação CHC seguiu, momento oportuno para questionar as exigências do ato convocatório é antecedente a sua fase de abertura, momento este de impugnação, a qual todos os participantes tiveram no mínimo 20 (vinte) dias para tal.

Mais uma vez a empresa Recorrente, acredita ser proprietária do modelo ideal de atuação, quando repete suas alegações, usando o espaço da clínica central, atribuindo informações que nem sequer estão no Edital, pois o item 7 do Plano de Trabalho, como mencionado pela mesma, traz o número de trabalho que deve ser disponibilizado por ambas as clínicas, e quanto às informações de condições do estabelecimento, estão aprimorados no item 6.4 do Plano de trabalho (figura 4):

Figura 4: Requisitos mínimos

6.4. Este estabelecimento deverá seguir as condições para o funcionamento de estabelecimentos médico-veterinários preconizadas na Resolução do Conselho Federal de Medicina n.º 1.275, de 25 de junho de 2019 ser equipado com estrutura física mínima composta por um ambiente de recepção e espera, 2 banheiros, 2 salas de atendimento médico-veterinário e 1 centro cirúrgico e deverá ser locado e disponibilizado para a Administração Pública com todas as características requeridas, bem como todos os registros e licenças necessárias para seu adequado funcionamento.

Fonte: Anexo VII – Plano de Trabalho Referencial (Pág. 3).

Nota-se que em momento algum é mencionado 05 (cinco) consultórios ou 03 (três) centros cirúrgicos, isto está alocado em seu próprio Plano de Trabalho, mas de forma alguma é uma exigência de edital.

Na dificuldade de a Recorrente aceitar não ter sido classificada em primeiro lugar, e na tentativa de construir uma narrativa fantasiosa, mistura informações em suas acusações do Plano de Trabalho e da Proposta Financeira apresentadas pela Associação CHC.



No que trata o critério de pontuação citada pela Recorrente quanto “*item 5 da Tabela do Critério de Avaliação*” de forma alguma traz entendimento subjetivo, mas sim objetivo, afirmando a incapacidade de julgamento pela CPL. Fato que causa estranheza é a Recorrente no momento oportuno em questionar o número de profissionais estipulados pelo ato convocatório não o fez. Não pode esta, julgar incapaz e improcedente uma empresa que atende todas as normas e exigências edilícias para cumprir os caprichos pessoais da Recorrente.

Seria este o motivo para a mesma optar por não buscar a pontuação máxima no “*item 7 da Tabela do Critério de Avaliação*” quando optou por não apresentar desconto de 10% (dez) que geraria a pontuação máxima para este item, no entanto quando a mesma oferta APENAS R\$ 1,13 (um real e treze centavos) de desconto perde pontuação, e neste sentido busca agora desesperadamente encontrar falhas para retirar pontuação da empresa classificada em primeiro lugar, em uma tentativa frustrada de igualar a pontuação ou de se classificar em primeiro lugar.

A empresa Associação CHC, quando decidiu sua participação elaborou seu Plano de trabalho, Proposta Financeira e documentação de habilitação, com maior cautela e responsabilidade, buscando a pontuação máxima em TODOS os critérios de análise, neste sentido, trabalhou incansavelmente na realização do mesmo, inclusive no que tange ao “*item 7 da Tabela do Critério de Avaliação*”, apresentando R\$ 1.075.819,24 (Um milhão, setenta e cinco, oitocentos e dezenove mil e vinte e quatro centavos), totalizando 11% (onze) de desconto, demonstrando não só nossa capacidade operacional, de habilitação, mas nosso compromisso em apresentar o melhor para o Município com o melhor valor.

Neste sentido é revoltante a empresa elaborar uma defesa com repetição de informações, quando todo o apresentado aqui, encontra-se nos projetos e documentos entregues a esta CPL, e a Recorrente busca apenas a frustração deste Chamamento Público.

Seguindo ainda a linha de análise das acusações infundadas realizadas pela recorrente, a mesma menciona sobre os atestados e números de atendimentos, mais uma vez aqui, sem conseguir comprovar nada, pois via de regra os atestados de capacidade técnica não precisam ser emitidos com quantidades, uma vez que tal documento comprova sua veracidade através de contrato entre as partes, (contratos fazem parte do Plano de trabalho junto com seus respectivos atestados) o qual contempla de forma completa todas as informações e o Atestado de Capacidade técnica, nada mais é do que um breve resumo de capacidade OPERACIONAL.



Seguindo ainda as exigências do ato convocatório em momento algum é exigido atestado com quantidades de atendimento, e neste sentido para atingir a pontuação máxima do critério de avaliação a Associação CHC demonstrou na Tabela 15 (Resumo Sintético de Produtividade Institucional) constante nas páginas 86 (oitenta e seis) e 87 (oitenta e sete) do Plano de Trabalho (figura 5), a produtividade vinculada aos Atestados apresentados pela Instituição

Figura 5: Resumo de produtividade

Tabela 15: Resumo Sintético de Produtividade Institucional.

ÁREA	SERVIÇO	TIPO	ANO	QUANTIDADE
ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	Adolescentes Acolhidos	2022	18
			2023	63
	ACUMULADO 1			81
SAÚDE HUMANA	SAMU E APH MÓVEL	Atendimentos Pré-Hospitalares	2020	2.834
			2021	3.256
			2022	3.800
			2023	2.952
		SUBTOTAL 1		12.842
		Procedimentos	2020	11.592
			2021	10.551
			2022	16.911
			2023	13.845
		SUBTOTAL 2		52.899
	APH FIXO E PRONTO ATENDIMENTO E PRONTO SOCORRO	Atendimentos	2020	3.678
			2021	43.378
		SUBTOTAL 3		47.056
		Exames Realizados	2020	997
			2021	11.390
		SUBTOTAL 4		12.387
	ACUMULADO 2			125.184

Associação CHC

Página 86



ÁREA	SERVIÇO	TIPO	ANO	QUANTI DADE	
SAÚDE ANIMAL	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E BEM-ESTAR ANIMAL	Atendimentos Clínicos	2022	4.852	
			2023	8.805	
		SUBTOTAL 5			13.457
		Internações	2022	550	
			2023	1.689	
		SUBTOTAL 6			2.239
		Adoções	2022	457	
			2023	961	
		SUBTOTAL 7			1.418
		Castrações	2022	2.899	
			2023	3.946	
		SUBTOTAL 8			6.845
		Cirurgias e Partos	2022	653	
			2023	1.041	
		SUBTOTAL 9			1.694
		Exames de Imagem e Análises Clínicas	2022	2.767	
			2023	3.728	
		SUBTOTAL 10			6.495
		Feiras de Adoção	2022	28	
			2023	47	
		SUBTOTAL 11			75
		Inserção de Microchip	2022	8.178	
			2023	7.030	
		SUBTOTAL 12			15.208
		Animais Resgatados	2022	1.033	
			2023	2.111	
		SUBTOTAL 13			3.144
		Vacinas Aplicadas	2022	2.169	
			2023	5.374	
		SUBTOTAL 14			7.543
	ACUMULADO 3			58.118	
TOTAL GERAL ACUMULADO				183.383	

Fonte: Departamento Corporativo de Projetos e Parcerias, Associação CHC (2023).

Fonte: Plano de Trabalho da Associação CHC (Pág. 86 e 87).

Sobre o apontamento “visto que não especificou por unidade cargos, funções, forma de contratação, carga horária, encargos sociais, conforme previsto no item 6.4.6., alínea “a”, do Edital e item 8.1 e 8.4 do Plano de Trabalho Referencial, anexo ao Edital” proferido pela Recorrente, novamente citamos que o Edital de Chamamento Público nº 005/2023, não disponibilizou um modelo específico para apresentação da composição de valores e distribuição de rubricas, como pode ser verificado na figura 3 acima, bem como o próprio recurso apresentado pela Recorrente contraria o alegado pela mesma, conforme demonstrado na figura 6.

MATRIZ

Av. Osvaldo Reis, nº 3281, Edifício Riviera Business & Mall,
Sala 702, Praia Brava, Itajaí-SC | CEP 88.306-773
CNPJ: 21.041.334/0001-83 | www.chcsaude.org



Figura 6: Citação da SPMV



SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA

Convém notar que nenhum dos outros atestados apresentados pela Associação CHC informam quantitativos de atendimentos realizados.

Quanto aos funcionários/colaboradores:

A quantidade mínima de profissionais exigida em editais é um norteador de eficiência e de exequibilidade, tendo em vista que, no caso presente, o quantitativo informado pela Associação CHC, de 20 (vinte) profissionais, é insuficiente para desempenhar os serviços de maneira adequada, fator que pôde ser comprovado por Visita Técnica, a qual a Associação CHC não realizou.

3.9.6. EQUIPE DE TRABALHO PROPOSTA PELA ASSOCIAÇÃO CHC

Como forma de garantir a melhor entrega possível a população do Município de Saquarema, bem como atender de forma plena e satisfatória os objetivos Edital de Chamamento Público Nº 005/2023 e as metas propostas neste Plano de trabalho, a Associação CHC apresenta na Tabela 7 abaixo o quantitativo que a entidade entende ser o adequado para a manutenção da unidade

Tabela 7: Descrição da equipe proposta

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS PROFISSIONAIS	QUANTIDADE
1	CONSULTÓRIO MUNICIPAL VETERINÁRIO DE JACONE	Recepcionista	1
2		Auxiliar de Serviços Gerais	1
3		Auxiliar Veterinário	1
4		Médico Veterinário	1
5	CLÍNICA VETERINÁRIA MUNICIPAL DE SAMPAIO CORREA	Recepcionista	1
6		Auxiliar de Serviços Gerais	2
7		Auxiliar Veterinário	2
8		Médico Veterinário	2
9	CLÍNICA VETERINÁRIA MUNICIPAL CENTRAL	Gerente Administrativo	1
10		Auxiliar Administrativo	1
11	CLÍNICA VETERINÁRIA MUNICIPAL CENTRAL	Recepcionista	1
12		Auxiliar de Serviços Gerais	2
13		Auxiliar Veterinário	2
14		Médico Veterinário	3

Fonte: Departamento Corporativo de Projetos e Parcerias, Associação CHC (2023)

Fonte: Razões de Recurso da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária – SPMV (Pág. 13).



Por fim a citação “No intuito de demonstrar a forma correta de atender ao Edital, segue a captura de tela da proposta apresentada pela SPMV, ora Recorrente”, demonstra uma enorme desconexão com a realidade, pois ao afirmar que o seu modelo de apresentar é o correto, a Recorrente tira o poder de análise que foi conferido a CPL e tenta desqualificar a Associação CHC, por design de apresentação de informações, mais uma vez, todas as informações necessárias e exigidas em edital, se fazem presentes no Plano de Trabalho, Proposta financeira e documentação de habilitação, não só contemplando todas as exigências mas qualificando-se em primeiro lugar.

Em diversos momentos pode-se perceber que as alegações da Recorrente se baseiam na elaboração de sua própria proposta, trazendo acusações que não foram comprovadas, e questionamentos sem se quer um respaldo editalício, como demonstrado acima, das instalações, dos colaboradores, da forma de apresentação do Plano de Trabalho e da Proposta Financeira, no formato de produção dos atestados de capacidade técnica, uma força baseada em caçar formas de reverter o irreversível, uma vez que a mesma perdeu pontuação em dois critérios fundamentais para a contratação.

II.1.3 DA PROPOSTA TÉCNICA

Sobre o apontamento feito pela Recorrente quanto ao quantitativo de atendimentos, a mesma incansavelmente tenta confundir a CPL, porém é importante destacar que não existe no Edital e seus Anexos a obrigatoriedade de se apresentar Atestados de Capacidade Técnica contento as produtividades executadas, e sim a quantidade à ser ofertada de atendimentos acima de 1.600 (mil e seiscentos) pessoas atendidas conforme demonstrado na figura 7 abaixo, fato esse que traz por terra a retórica da Recorrente quanto aos Atestados (01, 02 e 03). A qual deve estar comportada na Proposta apresentada, nitidamente a Recorrente está confusa quanto a classificação de apresentação.

Figura 7: Descritivo de pontuação do item 5 “Critérios de Julgamento”

5	Maior quantidade de atendimentos diretos de beneficiários por mês em serviços médico veterinários	Proposta da OSC	<ul style="list-style-type: none">- Mais de 1.600 pessoas atendidas. (2,0 pontos)- Entre 1.000 e 1.559 pessoas atendidas (1,5 pontos)	2
---	---------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

Fonte: Edital de Chamamento Público nº 005/2023 (Pág. 16).

MATRIZ



Em tempo, seguindo a Lógica da Recorrente, a Associação CHC demonstrou na Tabela 15 (Resumo Sintético de Produtividade Institucional) constante nas páginas 86 (oitenta e seis) e 87 (oitenta e sete) do Plano de Trabalho, a produtividade vinculada aos Atestados apresentados pela Instituição, juntamente com os contratos que comprovam sua veracidade.

Do ponto de vista alegado pela Recorrente “*encontram-se vários atestados (04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10) que não podem ser considerados para fins de pontuação da capacidade técnica, por serem estranhos ao objeto do certame, o qual é aferido, em especial, do item 2 do Edital, a saber: execução de atividades relativas a serviços de saúde médico-veterinários*”, cabe salientar que não é meramente uma execução/prestação de serviços, como deixa transparecer a Recorrente. O próprio Objeto do Edital (figura 8) menciona palavras como “Gerenciamento, Operacionalização e Execução de Atividades” bem como o item 6 da Tabela de Critérios de Avaliação, cita “Experiência de gestão em parcerias “*latu sensu*” com o Poder Público” (figura 9), **que significa sentido amplo, juridicamente usada pra compor suas informações com a maior abrangência**, o que permite que os Atestados apresentados pela Associação CHC (04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, citados pela Recorrente), complementam/ demonstram a aptidão da CHC na gestão, operacionalização e execução de atividades em equipamentos públicos.

Figura 8: Objeto

2. DO OBJETO

2.1. O objeto de que trata o Termo de Colaboração será o gerenciamento, operacionalização e execução das atividades dos serviços de saúde médico-veterinários no Município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, mediante funcionamento de consultórios municipais de medicina veterinária.

Fonte: Edital de Chamamento Público nº 005/2023 (Pág. 3).

Neste sentido, o critério de avaliação trata-se de “Experiência de gestão em parcerias “*latu sensu*” COM O PODER PÚBLICO, ou seja, na sua abrangência geral (*latu sensu*) a proponente deve apresentar 05 (cinco) ou mais experiências de GESTÃO com o PODER PÚBLICO, visando assim concretizar sua qualificação operacional na gestão dos projetos, responsabilidades, comprometimento, e claro evidenciar a expertise em lidar com tamanha responsabilidade. E tentando ao máximo não exagerar na repetição, entretanto mais uma vez a empresa Associação CHC contempla de forma abrangente capacidade operacional, com a gestão de projetos no ramo



da saúde animal e de humanos, sendo plenamente capaz, de gerenciar, inovar, tomar decisões e promover o bem-estar animal.

Figura 9: Descritivo de pontuação do item 6 “Critérios de Julgamento”

6	<u>Experiência de gestão em parcerias “<i>lato sensu</i>” com o Poder Público</u> nos eixos descritos no Plano de Trabalho (aceitas parcerias com fulcro na Lei nº 13.019/2014, convênios e demais instrumentos congêneres)	Documento comprobatório	<ul style="list-style-type: none">- Grau pleno de experiência de gestão com 5 ou mais parcerias (2,0) pontos- Grau satisfatório de experiência de gestão com 1 a 4 parcerias (1,0 pontos)- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de experiência de gestão pela ausência de parcerias (0,0 ponto).	2
---	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

Fonte: Edital de Chamamento Público nº 005/2023 (Pág. 16).

Já devidamente atestada a idoneidade da empresa classificada em primeiro lugar, com o melhor Plano de Trabalho/Proposta Financeira, além da economicidade resultando na contratação mais vantajosa para esta Administração já está atestada, tais alegações foram levantadas pela Recorrente visando apenas a frustração do Chamamento Público n 0005/2023.

Deste modo, após demonstrada que todas as acusações feitas pela Recorrente, sem comprovação de qualquer aspecto mencionado pela mesma, constatando assim a plena capacidade operacional da empresa Associação CHC, sua capacidade gestacional, além da apresentação da melhor Proposta Financeira, atribuindo ainda êxito no que tange a habilitação, fica evidente que a classificação em primeiro lugar da mesma deve ser mantida. Atribuindo apenas a Recorrente e sua tentativa frustrada em buscar a desclassificação de uma empresa plenamente habilitada, quando ela deixou a desejar em aspectos fundamentais para celebração do Termo de Colaboração.

II.1.4 DO PEDIDO

O recebimento tempestivo da Contrarrazão;

MATRIZ

Av. Osvaldo Reis, nº 3281, Edifício Riviera Business & Mall,
Sala 702, Praia Brava, Itajaí-SC | CEP 88.306-773
CNPJ: 21.041.334/0001-83 | www.chcsaude.org



Que seja mantido a classificação como primeiro colocado habilitado a empresa Associação CHC, sendo assim julgando improcedente o Recurso da empresa Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, e homologando o ato convocatório com sua publicação no Diário Oficial.

E assim seguir sequencialmente a ordem cronológica dos atos de finalização.

Termos em que, pede deferimento.

Itajaí, SC, 24 de outubro de 2023.

LUIS FERNANDO
PIRES:32608797814

Assinado de forma digital por LUIS
FERNANDO PIRES:32608797814
Dados: 2023.10.24 12:25:27 -03'00'

Luis Fernando Pires
Presidente
Associação CHC

MATRIZ

Av. Osvaldo Reis, nº 3281, Edifício Riviera Business & Mall,
Sala 702, Praia Brava, Itajaí-SC | CEP 88.306-773
CNPJ: 21.041.334/0001-83 | www.chcsaude.org